

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2023-1					
PROFESSOR(ES)					
Valter de Souza Lobato					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIP DIR869					
TEMA					
TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO					
SUBTEMA					
ESTUDOS DOS PROJETOS DA COMISSÃO DE JURISTAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL (CJADMTR) DO SENADO FEDERAL					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Segunda-feira	07:30h- 11:00h	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	

EMENTA
<p>O objetivo da disciplina é estudar a Reforma do Processo Administrativo e Judicial Tributário a partir dos projetos legislativos que tramitam no Senado Federal, oriundos dos trabalhos da Comissão de Juristas do Processo Administrativo e Tributário Nacional (CJADMTR) instituída naquela Casa Legislativa.</p> <p>A partir dos projetos, espera-se verificar os problemas do sistema atual e analisar criticamente as soluções ora propostas.</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>a) O Processo Administrativo Federal (PAF) b) Transação e parcelamentos. Mecanismos eficazes? c) Consulta Tributária e Aduaneira: regulamentação. d) Arbitragem em Matéria Tributária e Aduaneira e) Sistema punitivo e a possibilidade de dosimetria das penalidades. f) Nova Lei de Cobrança da Dívida Ativa – ampliação da Lei de Execução Fiscal (LEF)</p>



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- g) Normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária
h) Normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes (Código de Defesa dos Contribuintes)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado, Limitações constitucionais ao poder de tributar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BALEEIRO, Aliomar., DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ALVIM, Leonardo de Andrade Rezende. Arbitragem Tributária no Brasil: os motivos pelos quais ela é necessária, mas sua implementação deve ser gradual. In: PISCITELLI, Tathiane; MASCITTO, Andréa; DE MENDONÇA, Priscila Faricelli. Arbitragem Tributária Desafios Institucionais Brasileiros e a Experiência Portuguesa. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. cap. 26

ATALIBA, Geraldo. Princípios constitucionais do processo e procedimento em matéria tributária. Revista de direito tributário, São Paulo, n. 46, p. 118-132, out-dez. 1988.

ÁVILA, Humberto. O que é "devido processo legal"? Revista de processo, v. 163, p. 50-59, 2008.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Breves reflexões sobre a jurisdição administrativa: uma perspectiva de direito comparado. Revista de direito administrativo, Rio de Janeiro, v. 211, p. 65-77, jan. 1998.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Processo e Constituição: o devido processo legal. Revista da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais n. 23-25, 1982, p. 59-103.

BARBI, Celso Agrícola. Unidade de jurisdição e justiça administrativa no Brasil. Revista da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 13, p. 27-42, 1973.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Transação no Direito Tributário, discricionariedade e interesse público. Revista Dialética de Direito Tributário, n. 83, ago./2002, p.116-125.

BEVILÁQUA, Lucas; BUÍSSA, Leonardo. Consensualidade na Administração Pública e transação tributária. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, ano 15, n.174, ago./2015, p.46-54.

BORGES, José Souto Maior. Lançamento tributário: tratado de direito tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1981. v. 4.

BOTTALLO, Eduardo Domingos. Curso de processo administrativo tributário. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CAIS, Cleide Previtali. O processo tributário. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

CARDOSO, Alessandro Mendes; MELO, Anthéia Aquino. Princípio da verdade material e a produção de provas no processo administrativo tributário: atual entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. In: CARDOSO, Alessandro Mendes et al. (org.). Processo administrativo tributário. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 545-572.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

CONRADO, Paulo Cesar. Processo tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

DACOMO, Natalia de Nardi. Direito Tributário participativo: transação e arbitragem administrativas da obrigação tributária. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

DELIGNE, Maysa de Sá Pittondo. Efeitos das decisões no processo administrativo tributário. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. Modificações da jurisprudência no direito tributário: proteção da confiança, boa-fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses, 2009.

FLÁVIO NETO, Luís. Segurança jurídica, proteção da confiança, boa-fé e proibição de comportamentos contraditórios no direito tributário: nemo potest venire contra factum proprium. Revista direito tributário atual, Instituto Brasileiro de Direito Tributário, São Paulo, n. 36, p. 222-239, 2016.

LOBATO, Valter de Souza; FONSECA, Pedro Henrique Esteves. **O contencioso tributário brasileiro do diagnóstico à reforma do sistema processual: relações institucionais tributárias e compliance.** No prelo.

MACHADO, Hugo de Brito. A transação no direito tributário. Revista Dialética de Direito Tributário, n. 75, dez./2001, p.60-70.

MARINS, James. Direito processual tributário brasileiro: administrativo e judicial. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MEDAUAR, Odete. Meios consensuais de solução de litígios relativos à administração pública. In: SCHIRATO, Vitor Rhein (coord.). Estudos atuais sobre ato e processo administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 5-9.

MINATEL, José Antonio. Procedimento e processo administrativo tributário: dupla função administrativa, com diferentes regimes jurídicos. In: ROCHA, Sérgio André (coord.). Processo administrativo tributário: estudos em homenagem ao Professor Aurélio Pitanga Seixas Filho. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 321-344.

PIRES DE OLIVEIRA, Phelippe Toledo. A Transação em Matéria Tributária. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

PISCITELLI, Tathiane; MASCITO, Andrea; FARISCELLI, Priscila. Arbitragem tributária: desafios institucionais brasileiros e a experiência portuguesa. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

PRIA, Rodrigo Dalla. Direito processual tributário. São Paulo: Noeses, 2020.

RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues. Processo administrativo tributário. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ROCHA, Sérgio André. Processo administrativo fiscal: controle administrativo do lançamento tributário. São Paulo: Almedina, 2018.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; GUIMARÃES, Vasco Branco (Coord.). Transação e arbitragem no âmbito do direito tributário: homenagem ao jurista Carlos Mário da Silva Velloso. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SCHOUERI, Luís Eduardo; SOUZA, Gustavo Emílio Contrucci A. de. Verdade material no “processo” administrativo tributário. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Processo administrativo fiscal. São Paulo: Dialética, 1998. v. 3. p. 141-159.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

SEEFELDER FILHO, Claudio Xavier (et.al) (coords.) Comentários sobre transação tributária: à luz da Lei nº 13.988/20 e outras alternativas de extinção do passivo tributário. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TORRES, Heleno Taveira. Coisa julgada administrativa como precedente e segurança jurídica. Conjur, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-21/consultor-tributario-coisa-julgada-administrativa-precedente-seguranca-juridica>.

XAVIER, Alberto. Do lançamento: teoria geral do ato, do procedimento e do processo tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

BIBLIOGRAFIA-BASE (Projetos de Lei)

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final da Comissão de Juristas do Processo Administrativo e Tributário Nacional (CJADMTR)**, de 06 de setembro de 2022. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2507>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.483**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199169&ts=1663791317893&disposition=inline>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.484**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199171&ts=1663791320248&disposition=inline>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.485**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199173&ts=1663791318681&disposition=inline>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.486**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199175&ts=1663791314364&disposition=inline>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.488**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199175&ts=1663791314364&disposition=inline>>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.489**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199179&ts=1663791315281&disposition=inline>>. Acesso em: 24 out. 2022.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 124**, de 23 de setembro de 2022. Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199183&ts=1663791322645&disposition=inline> >. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 125**, de 23 de setembro de 2022. Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes (Código de Defesa dos Contribuintes). Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199185&ts=1663791323461&disposition=inline> >. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Indicação nº 56/2022**, de 23 de setembro de 2022. Sugere ao Poder Executivo Federal que regulamente a atuação do conselheiro representante do contribuinte no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9199194&ts=1665663207738&disposition=inline> >. Acesso em: 24 out. 2022.

VASCONCELOS, Breno; NOVO, Carla Mendes; MATTHIESEN, Maria Raphaela. **Código de Defesa do Contribuinte: um assunto importante demais para ser urgente**. 06 de setembro de 2022. Disponível em <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/codigo-de-defesa-do-contribuinte-um-assunto-importante-demais-para-ser-urgente-06092022>> Acesso: 02 nov. 2022

VASCONCELOS, Breno; SAFIEH, João Victor Emile Andrade. **Ainda sobre a racionalização do sistema de precedentes vinculantes**. 29 de setembro de 2022. Disponível em <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/inspertax/ainda-sobre-a-racionalizacao-do-sistema-de-precedentes-vinculantes-29092022>> Acesso: 02 nov. 2022